

DISCURSOS, FRONTEIRAS E HIBRIDISMO – QUARENTA TÓPICOS SOBRE UM TÍTULO

Nelson Barros da Costa¹

1. O trio de palavras que intitula este livro (“Discursos, Fronteiras e Hibridismo”) designa três conceitos que estão na ordem do dia e talvez por isso tenham sido escolhidas.

2. A noção de discurso sinaliza uma nova forma de apreensão do fenômeno linguístico. Em vez da expressão de um espírito autodeterminado ou da representação de um estado de coisas preexistente a ele, uma intervenção na realidade, um gesto de dar sentido às coisas; em vez de uma estrutura subjacente a uma manifestação comunicativa, de natureza homogênea e acabada, uma atividade interativa, complexa e inacabada, atravessada constitutivamente pela alteridade. Em vez, ainda, de um comportamento regulado por regras intrínsecas ao sistema, uma prática disciplinada socialmente, mas com poderes de construção, de manutenção e/ou de desconstrução da mesma ordem social que lhe possibilita.

3. A palavra “Fronteiras”, por sua vez, contém uma ambiguidade: remete simultaneamente a um sentido, por assim dizer, denotativo (o limite entre regiões políticas distintas, por exemplo, dois países, dois estados), e a um sentido dito metafórico, quando designa qualquer separação entre coisas abstratas (“fronteiras entre as ciências”, “fronteiras do pensamento”, etc.).

1 Doutor em Linguística Aplicada (PUC-SP / Paris XII). Líder do Grupo Discurso, Cotidiano e Práticas Culturais (Grupo Discuta) e professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC. E-mail: nelson@ufc.br.

4. A última palavra, “Hibridismo”, aponta prioritariamente para o seu sentido extenso. Curiosamente, é um termo cujo sentido dicionarizado está voltado justamente para a linguagem. Conforme o Aurélio (1986), é um conceito da morfologia que designa o processo de formação de palavras cujos radicais e/ou elementos provêm de línguas distintas (“sociologia”, “aeróbico”). No título de nosso livro, certamente, ele pretende designar todo e qualquer tipo de mistura e mesclagem: de etnias, de disciplinas, de conceitos, etc.). Mas as três palavras em questão estão articuladas e essa articulação gera sentido.

5. Estando as duas primeiras palavras no plural, certamente enfatiza-se a pluralidade dos sentidos dessas palavras que remetem a conceitos já por natureza plurais. Pode-se ler que a antecedência desses dois termos pluralizados em relação à palavra hibridismo (no singular) sinaliza para a designação de um processo em oposição aos primeiros, supostos produtos, objetos. O hibridismo seria um processo que atravessaria os discursos e as fronteiras como uma contradição no âmago de ambos, supostamente dotados de alguma força interna.

6. Especificamente, no caso dos “Discursos”, antietimologicamente o conceito está eivado do sentido de ordem, de regulação e regularidade, de coesão e coerência. O hibridismo estaria nele como um germe de negação dessa unidade, como a presença da alteridade no interior do sujeito, como o diverso dentro do mesmo.

7. Quanto ao segundo termo, “Hibridismo”, além de se opor a “Fronteiras” no aspecto produto/processo, também se lhe opõe semanticamente e de modo ainda mais explícito, pois “Fronteiras” indica separação e “Hibridismo”, união. A palavra “hibridismo”, portanto, carrega um sentido positivo que a opõe à negatividade da palavra “fronteiras”. A afirmação das fronteiras é segregacionista, chauvinista, separatista, isolacionista; a afirmação do hibridismo é antieugênica, antirracista, antixenofóbica, pluralista, mundialista e vice-versa. Portanto, “Fronteiras” as queremos abolir; “Hibridismo”, instaurá-lo, fomentá-lo ou descobri-lo por trás dos discursos.

8. Acerca destes, a pluralidade do termo discurso pode sinalizar que se trata não de um conceito, mas das coisas que são ditas sobre os dois elementos que seguem. Sobre isso, devemos lembrar que se os discursos podem afirmar fronteiras e mascarar o hibridismo, não se pode denunciar essa afirmação e esse mascaramento senão através dos discursos.

9. É interessante salientar que a construção, na França, da disciplina que veio a ser denominada “Análise do Discurso” vivenciou diretamente essa questão das fronteiras e do hibridismo de seu objeto em um trajeto histórico que deslizou gradativamente de um para o outro, embora isso não tenha ocorrido homogeneamente em todas as suas vertentes.

10. Em seus primórdios, que começa com a fundação da *École Française d'Analyse du Discours*, em 1969, por Michel Pêcheux, ambiciona-se a construção de um dispositivo capaz de produzir a leitura automática de um conjunto de textos previamente selecionados e organizados segundo critérios que garantissem homogeneidade e estabilidade em termos de **condições de produção**. O discurso é então visto por PÊCHEUX (1990, p. 311) como “uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos, quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’”.

11. Michel Pêcheux aponta uma segunda época da disciplina que se caracterizaria, sobretudo, pela percepção de que os processos discursivos se entrelaçam ainda que desigualmente. A introdução do conceito de “formação discursiva” (FD), de Michel Foucault, começa a fazer implodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadido” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas

fundamentais (por exemplo, sob a forma de “preconstruídos” e de “discursos transversos”).

12. No entanto, como bem assinala Pêcheux no mesmo texto, “O fechamento da maquinaria (ainda) é conservado, ao mesmo tempo em que é concebido como o resultado paradoxal da irrupção de um “além” exterior e anterior” (p. 314). Afinal, Foucault (2001) ainda fala em **ordem do discurso** e, lendo seu livrinho que tem esse nome, pouco se diz acerca de contradições e polêmicas presentes no âmbito das onipresentes e onipotentes ordens discursivas. Podemos dizer que as fronteiras do discurso são perfuradas, mas ainda continuam a existir enquanto cercas que delimitam a identidade das formações discursivas.

13. Aqui é interessante observar a imbricação da categoria “discurso” com os outros termos do nosso título. Dissemos acima que os discursos podem afirmar fronteiras e mascarar o hibridismo; ao mesmo tempo que tornam possível a denúncia dessa afirmação e desse mascaramento. Mas é preciso dizer também que, nesse momento evolutivo da AD, estão em jogo as fronteiras da própria categoria discurso e o seu hibridismo constitutivo.

14. Somente com a disseminação das ideias do Círculo de Bakhtin na Europa, nos idos das décadas de 1970 e 1980, é que a concepção de uma máquina discursiva vai finalmente explodir. A perspectiva bakhtiniana vê a linguagem como essencialmente dialógica e heterogênea. Para ela, trata-se de uma atividade que consiste, em todas as suas dimensões, numa dinâmica pluriinterativa, em que cada elemento ou ação é marcado pela presença irreduzível e por vezes conflituosa da subjetividade e da alteridade.

15. Assim, o signo, por exemplo, enquanto objeto significativo mínimo dessa atividade, é visto como “ideológico”, isto é, como necessariamente já habitado por diversos pontos de vista, mas também e consequentemente de significação sempre inacabada e, por isso, sempre sujeita a disputas pelas forças sociais que o utilizam. Essa proprie-

dade do signo, de comportar em si a marca do eu e do(s) outro(s), faz dele um lugar onde se confrontam índices de ideologias e valores contraditórios (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1995).

16. Se cada palavra é marcada constitutivamente pelo uso que dela fizeram e fazem múltiplos outros falantes, todo enunciado também está enraizado em um contexto social pelo qual é marcado profundamente. Um enunciado não passa de um elo de uma cadeia de enunciados: além de utilizar signos dialógicos, é sempre dirigido para outrem. Está, portanto, atravessado pelo ponto de vista, pelas visões de mundo, alheios.

17. Essas ideias a um só tempo dissolvem as fronteiras do discurso e instauram em seu anterior a semente do hibridismo: o **eu** e o **outro** se encontram no âmago do discurso, o que não é senão o exterior no interior, o social no individual. Elas tiveram uma influência decisiva entre os analistas do discurso no sentido da superação de uma visão que visava a descrição das FDs em sua coerência interna, tal como se fosse uma máquina ou uma ordem discursiva e abrem um horizonte teórico fundador para diversos desenvolvimentos teóricos posteriores.

18. Como importante representante dessa terceira época, vale destacar os trabalhos de Dominique Maingueneau (MAINGUENEAU, 2006 e 2008), que apresentam um interessante olhar sobre a questão do primado da alteridade e proposta de aplicação desta para a análise do discurso aliada a um viés pragmático que nos parece auspiciosa. Por questão de espaço, tomaremos apenas a obra “Gênese do discurso” (2008) como referência.

19. Antes, porém, é importante que reflitamos sobre a influência da pragmática filosófica nos estudos discursivos.

20. A pesquisa empreendida inicialmente pelo filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein e, posteriormente, por Austin e outros filósofos anglófonos como Searle, Grice, Apel, dentre muitos outros, provoca

uma reviravolta nos estudos filosóficos da linguagem. Uma das principais marcas dessa reviravolta é que a pragmática passa a ter precedência sobre a semântica. Noutras palavras, a reflexão sobre a relação entre palavras e/ou proposições e mundo se desloca para a compreensão da linguagem como atividade comunicativa e intersubjetiva. Distancia-se de posições essencialistas e universalistas para dar mais importância ao contexto sócio-histórico e cultural como condição de possibilidade da própria linguagem. A linguagem, por outro lado, deixa de ser encarada como secundária e meramente instrumental para ser um objeto fundamental para a compreensão da sociabilidade humana como também a chave para a resolução de inúmeros problemas filosóficos.

21. O mundo, por sua vez, não pode mais ser explicado como uma realidade que existe sem interferência da linguagem, tal como se constituiu como espinha dorsal do esquema filosófico antigo, essencialista e representacionista. Se não existem atos de fala sem um contexto, esse contexto só é contexto se atos de fala são proferidos.

22. A compreensão pragmática da linguagem propõe para a filosofia não mais a investigação das coisas em si (a natureza – *physis* – muda e não interferida pela linguagem), ou da linguagem em si pensada como instrumento do espírito para representar a si e o mundo, mas uma abordagem integral onde o discurso interfere na situação que o possibilita e o mundo é um mundo sempre-já interferido pelo discurso.

23. Modernamente, tal concepção, que inaugura o que se chamou de “reviravolta linguístico-pragmática” (OLIVEIRA, 2001), influenciou enormemente os estudos filosóficos posteriores que a tem aprofundado e ampliado de modo a dar conta não apenas da chamada “linguagem ordinária”, mas de outros tipos de discursos, como o poético, o científico, o religioso, dentre outros. Ela influencia também, fortemente, os estudos da Análise do Discurso, da linguística aplicada pós-estruturalista e mesmo de outras áreas do conhecimento científico como a antropologia e a sociologia.

24. Voltando a Maingueneau: influenciado pela pragmática, o autor (2008) propõe como hipótese central de seu trabalho o que ele denomina de “primado do interdiscurso”. Segundo ele, essa hipótese pode ter duas interpretações, uma fraca e outra forte. A fraca, consensual já há algum tempo na AD (desde a segunda época), indica que o estudo da especificidade de um discurso supõe analisá-lo em sua relação com outros. A hipótese forte postula, além disso, a impossibilidade da identidade discursiva se constituir sem a alteridade, o que implica que não se deve pensar os discursos se formando independentemente para depois relacioná-los, mas que **a relação interdiscursiva constitui desde sua gênese a identidade de um discurso**.

25. Lido por essa ótica, nosso título assume novas configurações. Antes de apontar propriedades inerentes a cada um dos seus termos (“discurso”, “fronteiras” e “hibridismo”), é imprescindível ver sua presença e sua disposição sequencial já como um ato discursivo.

26. E o que pretende esse ato discursivo? Qual o sentido dessa ação discursiva?

27. A resposta a essa pergunta supõe a compreensão das condições de sua produção. Porque a ação discursiva se dá sempre em contexto, ou melhor, se é uma ação discursiva, só é ação e só é discursiva porque se dá em um contexto.

28. Não é o caso aqui de discorrer sobre a complexidade contextual de tal ato. Mas vale elencar brevemente alguns de seus diferentes níveis contextuais.

29. O nível mais imediato seria provavelmente o gênero do discurso (BAKHTIN, 1997). A expressão “Discursos, Fronteiras e Hibridismo” está inserida em dois gêneros: *título de livro* e *título de artigo acadêmico*. Conforme Maingueneau (2001), o gênero discursivo é um dispositivo enunciativo que supõe posições virtuais legitimadas: um **eu** aí fala para um **tu** atuantes em uma cena mais ou menos pré-definida. Supondo que essa fala se ancora necessariamente em um

tempo e um espaço significados, temos uma *cena enunciativa* que o autor denomina de “cena genérica”.

30. Ocorre que um gênero não se realiza no abstrato. Ele está vinculado a jusante pela textualidade que assume na situação de comunicação em que ele se materializa. No dizer de Maingueneau, essa materialização também configura uma cena, por ele denominada de *cenografia*. Ao mesmo tempo, a cena genérica está vinculada a montante com o tipo de discurso numa cena englobante que possibilita as cenas anteriores em um jogo de mútua legitimação.

31. No caso de nosso título, enquanto tema de um livro, o título permite algumas poucas cenas para além da cena genérica que define as *personas* dos organizadores, dos articulistas e do público leitor. Ainda estão para ser estudados os efeitos de sentido gerados por essa diversidade. O que significa e distingue os títulos triádicos como o nosso daqueles em forma de manual de instruções (como: “Preconceito linguístico – o que é, como se faz”)² ou de títulos que adjuntam um subtítulo a uma pequena frase (MAINGUENEAU, 2014), como: “Doa-se Lindos Filhotes de *Poodle*: Variação Linguística, Mídia e Preconceito”³?

32. Em relação a essas marcas de subjetividade, é constitutiva do título a ausência das mesmas, que o dota de um alto grau de *objetividade*. Do ponto de vista enunciativo, o princípio da objetividade implica na opacificação do texto científico, o que “se realiza com a ajuda dos estratagemas de uma subjetividade que se ausenta enquanto sistemática dêitica. (...) Trata-se evidentemente de uma retração ilusória e a opacidade é mais persuasiva que real; o sujeito em retração exerce de fato todos os estratagemas manipulatórios aptos a fazer crer precisamente que o discurso demonstrativo é ‘neutro’ e ‘objetivo’” (PARRET, apud CORACCINI, 1991, p. 192). Assim, o discurso da ciência oculta as marcas dêiticas (**eu, tu** etc.; **aqui, ali** etc.; **agora, amanhã** etc.) para parecer resultante de um enunciador universal. Com efeito, a ausência

2 Bagno, 2002.

3 Scherre, 2005.

de marcas de subjetividade em um título, que o faz assemelhar-se a um rótulo que simula a designação de um produto qualquer, coaduna-se perfeitamente com o efeito de verdade pretendido pela ciência.

33. Assim, articulam-se cenografia (encena-se um confronto entre três conceitos), cena genérica (encena-se um gesto designativo de uma etiqueta) e cena englobante (encena-se o gesto austero, verificativo e reflexivo da ciência) instaurando um dispositivo de enunciação que valida e legitima a instituição discursiva que o torna possível (MAINGUENEAU, 2001).

34. Reservamos as palavras finais para comentarmos sobre a cena englobante de nosso título. Começamos lembrando que toda cena implica uma fundação, no nível do texto, de uma **cena enunciativa**, na qual se definem um **enunciador**, um **coenunciador**, uma **topografia** (espacialidade) e uma **cronografia** (temporalidade) da enunciação que pode ou não ser correlativa aos elementos empíricos de suas circunstâncias de produção. Ou seja, o enunciador constrói representações da temporalidade (o **agora**) e da espacialidade (o **aqui**) da enunciação, a partir de sua posição enunciativa que geralmente são marcadas por palavras (chamadas **dêiticas**) como “aqui”, “lá”, “acolá”, “ali”, etc. (para a topografia) e “agora”, “ontem”, “hoje”, “amanhã”, etc. (para a cronografia) (BENVENISTE, 1988). Mas, assim como no caso dos agentes da enunciação, esses elementos cronotópicos podem vir estrategicamente ocultos ou implícitos.

35. Em nosso título, “Discurso, hibridismo e fronteiras”, tem-se uma referência à topografia, ainda que vaga e expressa lexicalmente (não pronominalmente, como é mais comum), indicada pela palavra “fronteiras”. O destaque dessa categoria topográfica é, certamente, um efeito do pensamento acadêmico das últimas décadas que, por sua vez, ecoa a conjuntura sócio-histórica contemporânea marcada pelo estágio avançado de globalização em que se encontra a economia mundial.

36. É interessante notar que até o esgotamento dos grandes sistemas totalizantes de pensamento da modernidade (seja o cartesiano,

seja o marxista), a ênfase dominante na representação da cena englobante era sobre o enunciador (o **eu** - no caso do cartesianismo) ou sobre a cronografia (a **história** - no caso do marxismo).

37. A crise desses sistemas revela à consciência intelectual, conforme Said (2011), um novo mapa do mundo, composto não apenas de exploradores e explorados, cujo processo gerativo se situaria nas economias das metrópoles altamente industrializadas irradiando-se nas periferias, mas de uma realidade geopolíticoeconômica complexa marcada por lutas de naturezas diversas (étnicas, descolonialistas, religiosas etc.) que muitas vezes se superpõem à luta de classes.

38. Se, conforme Marx e Engels, no Manifesto Comunista, o século XIX caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe (“a sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado” (MARX; ENGELS, 1984, p. 29)),

uma das características mais lamentáveis da (nossa) época é ter gerado mais refugiados, mais imigrantes, deslocados e exilados do que qualquer outro período da história, em grande parte como acompanhamento e, ironicamente, consequência dos grandes conflitos pós-coloniais e imperiais. Assim como a luta pela independência gerou novos Estados e novas fronteiras, da mesma forma ela gerou andarilhos sem lar, nômades, errantes, que não entravam nas estruturas nascentes do poder institucional, rejeitados pela ordem estabelecida por sua intransigência e obstinada rebeldia. E na medida em que essas pessoas existem entre o velho e o novo, entre o velho império e o novo Estado, a condição delas expressa as tensões, irresoluções e contradições nos territórios sobrepostos mostrados no mapa cultural do imperialismo (SAID, 2011, p. 504).

39. Sem descuidar da consideração do vetor histórico, esse novo olhar eurodescentrado, resultante de processos eles mesmos descentralizadores, forçosamente é levado a pensar as contradições geopolíticas para além das estritamente econômicas e a se debruçar sobre como as culturas dominadas, colonizadas e globalizadas reagem ao projeto globalizante e “modernizante” do mundo capitalista ocidental. O con-

ceito de *hibridismo*, presente no nosso título, é, portanto, um resultante direto desse olhar. Trata-se de

Um termo que tem sido utilizado para caracterizar as culturas cada vez mais mistas e diaspóricas dessas comunidades (...). Contudo, seu sentido tem sido comumente mal interpretado. Hibridismo não é uma referência à composição racial mista de uma população. É realmente outro termo para a lógica cultural da *tradução*. Essa lógica se torna cada vez mais evidente nas diásporas multiculturais e em outras comunidades minoritárias e mistas do mundo pós-colonial. Antigas e recentes diásporas governadas por essa posição ambivalente, do tipo dentro/fora, podem ser encontradas em toda parte. (...) O hibridismo *não* se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os 'tradicionais' e 'modernos' como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecibilidade. (HALL, 2006, p. 71, grifos do autor)

40. Como se pode perceber, a alteração do enfoque (da cronografia para a topografia) na cena englobante opera também um deslocamento dos sujeitos protagonistas da cena. Se a cenografia e a cena genérica mantêm os sujeitos relativamente insípidos e solenes da cena acadêmica, no âmbito da cena englobante a pertinência topográfica (que envolve cultura, etnicidade, pertinência geográfica etc.) não é indiferente. Não é por acaso a condição inter e multiétnica de pensadores que agenciaram esses deslocamentos como Edward Said (palestino nascido em Israel, criado no Egito e radicado nos Estados Unidos), Stuart Hall (jamaicano radicado na Inglaterra), Homi Bhabha (indiano radicado nos Estados Unidos), dentre outros.

Considerações finais

A Análise do Discurso se constituiu como interdisciplinar, funcionando no entremeio da linguística, da filosofia, da sociologia e da história, embora com assento institucional predominante na linguística, aberta a se nutrir dos diversos saberes que as ciências humanas têm legado à compreensão da linguagem; tem sido praticada em diversos domínios como linguística, a educação, a comunicação social e o direito. O movimento que levou a AD a esse estado interdisciplinar é o

mesmo sofreu seu objeto; antes de ser um corpo fechado em si, autócotone e dotado de uma lógica interna, trata-se de vê-lo como mutante, em constante devir e atravessado constitutivamente pelo exterior, pelo chamado “contexto da enunciação”. Esperamos ter mostrado que, mesmo quando incide sobre um objeto de linguagem aparentemente trivial e breve como um título, qualquer análise feita sob o enfoque discursivo deve se abrir para pensar sua contextualidade constitutiva nos mais diversos níveis, convocando saberes múltiplos sem os quais não se ultrapassará a superficialidade.

Referências

- BAGNO, M. *Preconceito linguístico – o que é, como se faz*. 15. ed. Loyola: São Paulo, 2002.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral*. 4. ed. Campinas: Pontes/Unicamp, 1988.
- CORACINI, M. *Um fazer persuasivo – o discurso subjetivo da ciência*. Pontes / Educ, 1991.
- FOUCAULT, M.. *A ordem do discurso*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- HALL, S. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Humanitas, 2006.
- PÊCHEUX, M. “*A Análise de Discurso: três épocas (1983)*”. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: EDUNICAMP, 1990, p. 311-319.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Frases sem texto*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 2ª. Ed. Lisboa: Avante!, 1984.

OLIVEIRA, M. *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 1996.

SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SCHERRE, M. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

Este artigo responde a uma inquietação que me mobiliza desde que comecei a estudar as relações entre mídias e migrações transnacionais há mais de dez anos e que pode ser sintetizada em um dos paradoxos que demarcam a atual etapa do capitalismo global: de um lado, o crescimento acelerado de informações, imagens e imaginários sobre a mobilidade humana e, do outro, uma suspensão, pelo capitalismo global, da construção de barreiras a respeito dessa mesma mobilidade em um sentido inverso à liberdade concedida ao movimento dos capitais. Em suas reflexões sobre os processos de cidadania das migrações contemporâneas, Menéndez (2005) assinala que os esforços crescentes de governos e instituições em tentar controlar e regular a mobilidade humana, o ingresso e a permanência de migrantes vem definindo o que o autor denomina de vivenciação *unilateral* vivenciada como ponto de interseção entre a liberdade do sujeito e a ação de barreiras e limites impostos a essa liberdade por instituições e tecnologias de poder, muitas das quais circunscritas aos Estados-nação.

Possivelmente seja o crescimento dos muros e cercas a imagensintese desse paradoxo que não nos permite esquecer a materialização do controle dos deslocamentos humanos e sua consolidação no imaginário político dos governos e sociedades, embora não sejam suficientes, nem nesse nem em outras etapas da história da humanidade, para conter o desejo e a necessidade de mobilidade. Se há um que

1 Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESP/USP). Pesquisadora Produtoridade nível 1D do CNPq. E-mail: oliveira@usp.br